

A “BIBLIOGRAFIA PRELIMINAR SOBRE A GENEALOGIA NO BRASIL”

Miridan Britto Knox FALCI

Lançada há pouco tempo no mercado editorial, esta *Bibliografia preliminar sobre genealogia no Brasil* faz parte do projeto Memória Genealógica Brasileira, do Colégio Brasileiro de Genealogia, que objetiva divulgar o que se publicou no Brasil, em livros e revistas, sobre as origens das famílias brasileiras e das famílias estrangeiras radicadas no Brasil.

Trata-se de excelente e extenso levantamento de fontes genealógicas encontradas na Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Instituto Genealógico do Rio Grande do Sul, na Universidade de São Paulo, nas Universidades Federais do Paraná e Santa Catarina, na Biblioteca Pública do Paraná, e na Biblioteca particular de Roberto Menezes de Moraes.

O livro, com 385 páginas bem impressas e, muito bem organizado, arrola 2964 referências sobre genealogia no Brasil publicadas até 1999, sob a coordenação do genealogista Victorino Chermont de Miranda, vice-presidente do Colégio Brasileiro de Genealogia, aliado a uma equipe de três bibliotecárias (Dirciléa Fernandes de Sá, Maria José da Silva Fernandes e Nancy Simão da Rocha) e uma bacharel em letras (Anna Maria P.J. Nalci) e com a ajuda preliminar de Esther Bertoletti.

A genealogia, assim como a numismática, a heráldica, a epigrafia, a paleografia, a criptografia são chamadas de ciências auxiliares do historiador. Através delas e com os diversos elementos que elas oferecem, o historiador acrescenta mais algumas peças no grande contexto que é a análise social de uma região ou de uma época.

Essas ciências servem, na verdade, como fontes ou, no dizer da obra *L'Histoire et ses méthodes*, como “testemunhos figurados da História”.

Mas essa significação da genealogia, hoje universalmente aceita, se formou com dificuldade. Embora sendo uma das ciências mais antigas do mundo, pois no Antigo Testamento há grandes levantamentos genealógicos realizados com a finalidade de marcar a separação entre as tribos e as famílias, perpetuar a propriedade das terras e indicar os verdadeiros descendentes da tribo eleita, os levantamentos genealógicos foram motivo de inquietação e de desconfianças devido aos objetivos com que ela era feita.

No antigo Regime (período que o historiador define como terminando na época da Revolução Francesa, no século XVIII) a genealogia foi, na França, reservada a uma classe privilegiada. A genealogia serviu então para provar-se a nobreza necessária à obtenção de acesso às diversas dignidades: ordem de cavalaria, empregos militares, honorárias da corte. O candidato devia provar, com documentos autênticos (registros paroquiais), sua filiação, fazendo-a remontar tanto mais distante quanto fosse necessário segundo a exigência dos casos.

Também no período colonial do Brasil a filiação legítima e “sem sangue negro, mouro ou judeu” foi exigência para a pretensão de candidatos em cargos importantes da Coroa ou na carreira religiosa.

E é por isso que, observando a documentação encontrada no Arquivo do estado do Maranhão, relativa ao bispado (que compreendia Maranhão e Piauí), encontramos a certidão de batismo do primeiro vigário de Oeiras, João de Sousa Martins, que a História conhecia ser filho ilegítimo do Barão e Visconde de Parnaíba, rasurada na letra i de ilegítimo a partir da segunda cópia e apresentação do referido pároco pelas autoridades coloniais. Como este caso acima citado, muitos outros documentos foram danificados quando personagens históricos se viram descobertos nos “crimes de amor” de seus pais ou avós.

Hoje, com a concepção social que temos de que a sociedade se compõe de famílias e não indivíduos, a ciência genealógica se estende por todas as famílias quaisquer que elas sejam e deixa para segundo plano as considerações nobiliárquicas.

Mas se genealogia é o arrolamento dos membros de uma família através dos tempos, devemos lembrar que o conceito de família varia de grupos humanos para grupos humanos, de regiões para regiões e de épocas para épocas históricas.

Entre os indígenas brasileiros família era o grupamento de pessoas com patrilinearidade embora com mater focalidade, mas cabia ao mais velho da tribo, o pajé, relembrar aos mais novos, acorados à beira das ocas, ao cair da tarde, os nomes e os feitos de seus antepassados numa prova de crença do valor do antepassado e do sentido familiar que interligava os indivíduos.

A família ocidental cristã foi calcada nas concepções da Sagrada Família Cristã, partindo da união realizada pelos laços sagrados e onde as figuras do pai, da mãe e do rebento estavam presentes e indissociáveis, vivendo e convivendo sob um mesmo lar e sob o poder do pai de família. A família no Antigo Regime ocidental cristão foi assim a agregação do casal e dos filhos dessa união resultante.

Hoje, as concepções do que é família não se atêm apenas aos descendentes de casal unido pelo sacramento do matrimônio ou determinado pela Lei Civil. O Censo brasileiro (IBGE 2000), por exemplo, parte da concepção de que família pode ser constituída de mãe solteira ou pai solteiro, vivendo sob o mesmo teto com seus filhos, deles nascidos ou reconhecidos como tais.

Assim o conceito de família tem sido historicamente construído.

E, enquanto nas sociedades ágrafas, não letradas, a “genealogia” era transmitida oralmente de avós aos netos, a nossa ciência genealógica se consubstancia na transmissão, agora escrita, do conhecimento de quem eram nossos avós, bisavós ou tetravós, etc. Como para os indígenas, a genealogia é a peça chave para o estudo “da nossa família”.

A Carta Mensal (jan/mar/2001) do Colégio de Genealogia informa que mesmo entre os vietnamitas, segundo o bispo Nguyễn

Van Thuân, presidente do Pontifício Conselho Justiça e Paz, em extenso artigo sobre a genealogia de Cristo, a propósito do Jubileu do ano 2000, é grande o valor da memória genealógica no mundo oriental. A memória dos antepassados é uma coisa que consideram muito conservando com piedade e devoção o livro da genealogia familiar. Ele mesmo conhecia os nomes de quinze gerações de seus antepassados, desde 1698.

Como disse Jacques Meurgey de Tupigny,

observa-se assim a utilidade da genealogia do domínio da sociologia. Se ela tem por natureza desenvolver o sentido familiar tende, assim, a promover a reconciliação social substituindo a noção de nobreza pela de ancestralidade. Como auxiliar da história ela tem um papel importante já que as alianças, as guerras, os tratados, as transmissões territoriais, a sucessão de direitos e de títulos se explicam, muitas vezes pelas parentelas que os historiadores se esforçam para trazer à luz”.

É por isso que no desfiar das referências que são apresentadas no *Bibliografia Preliminar* encontramos obras de sociólogos e historiadores como Linda Lerwin com seu *Política e parentela na Paraíba* (n.563), Buggy Britto com seu *Narrativas Autobiográficas* (182), Gilberto Freyre com o seu *O Velho Félix e suas Memórias de um Cavalcanti* (426) ou Egon e Frida Wolff com o seu *O índio, o negro e seus descendentes na obra de C.G. Rheingantz* (1049) e a obra de Carlos Eduardo Barata e Antônio Henrique da Cunha Bueno, *Dicionário das famílias brasileiras* de 2 volumes (n.94) onde são arroladas famílias nem sempre ricas, ou nobres, mas que viveram, casaram e morreram ocupando regiões deste vasto Brasil e deram o sentido de nacionalidade a este grande espaço geográfico. São relacionados mais de 1056 títulos de monografias que tratam direta ou indiretamente de genealogia de famílias brasileiras.

Mas o que mais impressiona na *Bibliografia preliminar sobre genealogia* é o arrolamento dos títulos de trabalhos genealógicos encontrados em periódicos. São periódicos de várias instituições, de vários estados, são revistas não especializadas em genealogia como a

Manchete, são obras de tiragem pequena e circulação restrita, mas que produzem títulos dessa ciência, numa profusão de pesquisa e de trabalho impressionante que vem acontecendo no Colégio Brasileiro de Genealogia por 12 anos. Esse levantamento equiivale a um verdadeiro resgate, como diz o seu coordenador, “já que tal produção é praticamente desconhecida das novas gerações de pesquisadores”.

E a coordenação invoca a colaboração, ao Projeto Memória Genealógica Brasileira, de leitores que souberem de livros ou periódicos não listados, para futuro acréscimo a esta edição.

Instrumentos valiosos para o pesquisador, os catálogos de levantamento de fontes são às vezes, desconhecidos pelos nossos pesquisadores mais jovens por não terem ainda a capacidade de observar e até retirar, dos mesmos, dezenas de informações que podem adiantar e orientar os seus estudos.

Esperamos, no entanto que a divulgação desta *Bibliografia preliminar sobre genealogia* incentive novos estudos e traga novos frutos de pesquisa histórica e genealógica. É o que os historiadores e os genealogistas precisavam.